

A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA DO TRABALHO

Fernando Augusto Mansor De Mattos¹

1. INTRODUÇÃO

Os estudiosos da questão da distribuição de renda se defrontam com uma decisão intrigante quando pretendem avaliar o perfil distributivo de uma economia qualquer: de que forma será feita a abordagem da questão, analisando-se dados relativos à distribuição funcional da renda (aquela que separa a composição da renda global de um país entre os rendimentos do trabalho e os provenientes do capital) ou à distribuição pessoal da renda do trabalho (aquela que considera somente as rendas auferidas pelas pessoas no mercado de trabalho)?

O objetivo deste texto é resgatar alguns argumentos que mostrem a relevância dos dados relativos especificamente à distribuição da renda do trabalho para a análise do perfil distributivo de uma economia. Estes argumentos serão desenvolvidos tendo como pano de fundo a economia brasileira, marcada por um intenso processo de desenvolvimento capitalista a partir da segunda metade deste século, quando se consolidou a industrialização pesada no país, em um

1 Mestre em Ciências Econômicas pelo Instituto de Economia da UNICAMP, ex-técnico do DIEESE e, atualmente, técnico da Fundação SEADE. Professor Titular da disciplina de Teoria Microeconômica no Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Fundação Padre Anchieta de Ensino (Jundiaí SP).

contexto em que o capitalismo nos países centrais já estava em sua fase monopolista².

O estudo da questão distributiva a partir de uma avaliação da distribuição funcional da renda esbarra em uma dificuldade de ordem metodológica e representa uma forma de análise que pode se mostrar insuficiente para avaliar a dimensão das desigualdades presentes em economias de capitalismo tardio.

2. DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL VERSUS DISTRIBUIÇÃO PESSOAL DA RENDA

Os dados relativos aos rendimentos do capital carecem de maior precisão e confiabilidade, para se dizer o mínimo. Alguns autores têm desenvolvido técnicas para a avaliação da distribuição funcional da renda na economia brasileira³, as quais se defrontam, muitas vezes, com as próprias dificuldades de captação de dados referentes à divisão entre renda apropriada pelo capital e pelo trabalho. Na maioria dos casos, o estudo da divisão funcional da renda é realizado dentro de alguns setores específicos, notadamente na Indústria. Os dados de renda da Indústria apresentam maior precisão por se referirem a atividades com relações de trabalho predominantemente formais e cujos indicadores são mais controlados e organizados.

2 O termo capitalismo tardio é atribuído aos países capitalistas que consolidaram sua industrialização em um período em que o desenvolvimento capitalista dos países centrais já se encontrava na fase monopolista. Ver CARDOSO DE MELLO J.M. *Capitalismo Tardio*, São Paulo, Brasiliense, 1982.

3 Ver CARNEIRO, F.G. "Some estimates on wages and profit relative shares in Brazil", *The World Bank*, July, 1989.

De qualquer forma, tratam-se de estimativas, muitas vezes obtidas através de avaliações da massa de rendimentos do trabalho (forma mais precisa de captação de dados de renda) e posterior cálculo dos rendimentos do capital por subtração do total de rendimentos do trabalho em relação ao montante calculado para o valor adicionado na produção industrial. Esta forma de estimar a divisão funcional da renda encontra, entretanto, algumas imprecisões, especialmente quando são computados os ordenados dos gerentes e diretores de alguns segmentos industriais, pois é difícil distingui-los, muitas vezes, entre rendimentos para remuneração da força-de-trabalho ou do capital investido.

Vale destacar, ainda, que, na economia brasileira, o mercado de trabalho se encontra acentuadamente segmentado; portanto, avaliar apenas as modificações na distribuição funcional da renda seria, mesmo desconsiderando os problemas metodológicos inerentes a esta opção, pouco conclusivo para medir a verdadeira dimensão da desigualdade presente nesta economia, pois os rendimentos do trabalho se comportam de forma bastante diferenciada⁴, existindo grande dispersão salarial tanto dentro dos setores industriais (dispersão intra-setoriais) como também entre setores industriais de diferentes níveis de produtividade (dispersão inter-setoriais).

Os trabalhos mais recentes que têm sido elaborados por autores que estudam a questão distributiva na economia brasileira têm utilizado dados relativos à distribuição da renda do trabalho⁵, levando em

4 Ver, a respeito das diferenciações de rendimentos na economia brasileira, BACHA E.. "Hierarquia e Remuneração Gerencial", in *A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento*, R.Tolipan e A.C.Tinelli (org.),Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

5 Ver CAMARGO J.M. e GIAMBIAGI F. (org.). *Distribuição de Renda no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed.Paz e Terra, 1991.

conta, neste universo, os salários dos empregados (com ou sem carteira de trabalho), dos trabalhadores por conta-própria (ou trabalhadores autônomos) e os rendimentos a título de "pró-labore" dos empregadores.

A participação dos rendimentos do trabalho na renda total gerada na economia brasileira vem decaindo nas últimas décadas, atingindo proporções inferiores inclusive às de países de semelhante nível de renda per capita e grau de desenvolvimento econômico⁶. Este quadro pode ser considerado ainda mais trágico quando se constata, a partir dos estudos mais recentes a respeito do tema, que, mesmo dentro da parcela da renda nacional que se destina a remunerar o trabalho, tem sido observada uma tendência de deterioração do perfil dos rendimentos.

Metodologicamente, estes dados, de modo geral, são obtidos através de pesquisas domiciliares, feitas por amostragens estratificadas, nas quais as pessoas são entrevistadas e declaram seus rendimentos aos pesquisadores. Apesar de algumas dificuldades desta forma de captação de dados (muitos trabalhadores recebem rendimentos de frequência irregular ao longo do mês; outros não sabem precisamente quanto ganham, algo que se complica particularmente por causa dos elevados níveis inflacionários existentes no Brasil; existem casos de subdeclaração de rendimentos, entre outros problemas⁷), este método permite não só computar os rendimentos provenientes de

6 A participação dos salários na renda nacional era de 40% em 1970, de 35% em 1980 e de apenas 33% em 1988. De acordo com a publicação do ano de 1980 do "National Accounts Statistics of the United Nations", a participação dos salários na renda nacional era de 43% na Argentina, 45% na Venezuela, 42% no México, 39% na Coreia do Sul e de 40% no Paraguai. Citados por CARNEIRO F.G., op.cit.

7 Ver SAWYER D.O. (org.). *PNAD's em Foco - Anos 80*, ABEP, 1989.

relações formais de trabalho (para as quais temos fontes de dados bastante precisas – por exemplo, os relatórios da RAIS, ou publicações de entidades empresariais, como a FIESP, ou, ainda, as guias de contribuição sindical) como também dos trabalhos informais ou eventuais, que têm um peso importante no espaço ocupacional da economia brasileira.

Portanto, cabe novamente a questão: qual a relevância da análise de dados relativos aos rendimentos do trabalho para o estudo da questão distributiva na economia brasileira?

Na verdade, para uma avaliação mais precisa da evolução do perfil distributivo brasileiro das últimas décadas, seria interessante combinar resultados tanto das alterações da distribuição funcional da renda como da distribuição pessoal da renda do trabalho. Entretanto, devido às dificuldades metodológicas para avaliar a distribuição funcional da renda, a opção pela análise dos dados relativos à distribuição pessoal da renda constitui uma forma adequada de abordar a questão distributiva brasileira.

Nosso argumento é que a distribuição da renda pessoal proveniente do trabalho está intimamente relacionada à distribuição funcional da renda na economia brasileira, conforme tentaremos explicar abaixo.

3. A HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL DA ECONOMIA BRASILEIRA

A principal característica do mercado de trabalho brasileiro é a sua acentuada segmentação, o que se configura como um reflexo

imediatamente da heterogeneidade setorial determinada historicamente pelo processo de desenvolvimento capitalista no país.

Desta forma, o mercado de trabalho brasileiro pode ser dividido entre um chamado mercado externo de trabalho e um segmento denominado de mercado interno de trabalho⁸.

No mercado interno de trabalho estão os empregados nos setores industriais organizados, geralmente com forte característica oligopolística, onde os salários e postos de trabalho estão determinados por uma certa estrutura ocupacional que obedece a regras administrativas próprias, relacionadas a fatores tecnológicos que não estão presentes nos setores mais atrasados da economia.

O recrutamento da mão-de-obra para preencher os postos desta hierarquia ocupacional ocorre somente entre as pessoas já inseridas neste segmento do mercado de trabalho.

No mercado externo de trabalho, ao contrário do que ocorre no caso anterior, os trabalhadores não precisam apresentar quase nenhuma qualificação e suas remunerações são determinadas por fatores mais aleatórios do funcionamento do mercado de trabalho, as chamadas "forças de oferta e demanda", que variam mais intimamente de acordo com as flutuações do ciclo econômico. No mercado externo de trabalho estão presentes os trabalhadores sem qualificação, tanto dos setores mais atrasados da economia, como ainda aqueles localizados na base da pirâmide ocupacional dos setores oligopolizados da estrutura produtiva (faxineiros, vigias, motoristas etc. das empresas líderes).

8 Ver EDWARDS, R. & REICH, M. & GORDON, D.(orgs.). *Labor Market Segmentation*. Massachusetts, D.C.Heath an Company, 1975.

A dinâmica de determinação salarial nos dois casos, portanto, difere bastante, especialmente em um tipo de desenvolvimento, como o brasileiro, marcado por uma significativa exclusão. O processo de exclusão e a evolução tecnológica eliminam preferencialmente os postos de trabalho de mais baixa remuneração, aqueles cujos trabalhadores são mais desqualificados. Isto ocorre especialmente nos setores industriais. Este processo tende a deprimir ainda mais a possibilidade de recuperação dos rendimentos reais dos trabalhadores do mercado externo de trabalho.

A ampla diferenciação dos rendimentos do trabalho existente na economia brasileira reflete uma estrutura setorial bastante heterogênea, a qual está relacionada à convivência de setores avançados tecnologicamente (que têm um grande poder de mercado e, portanto, uma grande capacidade de gerar lucros, devido à sua situação oligopolística) ao lado de segmentos ainda bastante atrasados tanto em termos de qualidade de produtos quanto em termos de processo de trabalho.

Esta característica de elevada produtividade de alguns setores de ponta da economia brasileira (inclusive, em muitos casos, comparando-se a padrões internacionais) está associada não só à posição oligopolística desfrutada por estas empresas comerciais/industriais, mas também à possibilidade destes setores mais dinâmicos pagarem reduzidos salários a uma parcela de sua mão-de-obra (especificamente aquela recrutada no mercado externo de trabalho), permitindo que uma grande parcela do valor adicionado seja absorvida na forma de lucros. Isto acontece mesmo com a existência de uma complexa hierarquia representada pelo mercado interno de trabalho das empresas oligopolistas, cujos integrantes recebem altos salários, muitas vezes até equiparáveis às remune-

rações recebidas para funções semelhantes exercidas em empresas localizadas nos países centrais.

Em poucas palavras: a possibilidade de remunerar uma parcela significativa de sua mão-de-obra com salários relativamente reduzidos permite aos principais e mais dinâmicos setores capitalistas o pagamento de altos salários a alguns segmentos de sua estrutura ocupacional sem que sejam deprimidas as suas margens de lucro – favorecendo, portanto, a concentração funcional da renda.

Dessa maneira, são promovidas enormes diferenças salariais dentro de algumas empresas tanto do setor industrial, quanto comercial e ainda nos bancos. Estas diferenças intra-setoriais se somam às enormes diferenças inter-setoriais existentes na economia brasileira. Vale reforçar que estas acentuadas diferenças nas remunerações do trabalho são viabilizadas pelo fato de que existe uma grande parcela de mão-de-obra excedente de baixa qualificação, que pode ser mobilizada pelo capital nos seus momentos de expansão e desmobilizada sem maiores ônus nas fases descendentes do ciclo econômico. Este contingente de mão-de-obra desqualificada faz com que, mesmo nos momentos de maior aquecimento econômico, não existam pressões por uma recuperação do valor real das remunerações de base da estrutura ocupacional⁹.

Em suma, os fatores estruturais da economia brasileira, aliados à opção política de impedir, por exemplo, que o Estado brasileiro patrocinasse uma ampla recuperação do valor real do salário mínimo

9 Ver DEDECCA, C. *Dinâmica Econômica e Mercado de Trabalho Urbano: uma abordagem da Região Metropolitana de São Paulo*. Tese de Doutorado. Campinas, IE/UNICAMP, 1990.

nacional nos anos de maior prosperidade econômica (notadamente na época do "milagre brasileiro", quando se ampliou a dispersão salarial, em um momento de supressão das liberdades políticas e sindicais), fizeram com que se conformasse uma estrutura de rendimentos acentuadamente desigual, em um mercado de trabalho pouco estruturado em sua base.

As diferenças existentes (em termos de lucratividade, capacidade tecnológica e de participação nos mercados de bens e serviços) entre os vários segmentos produtivos da economia brasileira estão coladas às diferenças das remunerações no mercado de trabalho. É nesse sentido que a elevada concentração pessoal da renda, no Brasil, está intimamente relacionada a uma elevada concentração funcional da renda.

Desta forma, o estudo da distribuição pessoal da renda estabelece uma forma bastante representativa do estudo da questão distributiva, em particular no caso da sociedade brasileira.

4. BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da distribuição da renda do trabalho representa um aspecto particular do problema mais geral da questão distributiva e se relaciona a fator subjacente a esta questão: a maneira como são determinadas as rendas em uma sociedade capitalista. Existem os rendimentos provenientes exclusivamente do trabalho, predominantes para a grande maioria da população de qualquer país, mas também rendimentos provenientes de juros, aluguéis, da propriedade (herança inclusive) e da valorização do capital, a renda familiar e ainda rendas derivadas de combinações entre uma ou mais destas

com rendas do trabalho. Portanto, a concentração da riqueza e da propriedade também são aspectos primordiais da questão distributiva.

A relevância do estudo da distribuição da renda do trabalho, quando nos referimos ao caso brasileiro em particular, não se deve apenas ao fato de representar a única forma de rendimento da maior parte da população, mas principalmente porque a distribuição pessoal da renda é reflexo de uma estrutura produtiva de características peculiares que se conformou na economia brasileira nas últimas décadas.

O processo de industrialização que se intensificou no Brasil a partir dos anos 50 teve como resultado a conformação de uma marcante heterogeneidade estrutural – heterogeneidade da estrutura produtiva que carrega uma correspondente heterogeneidade da estrutura ocupacional que, por sua vez, se reflete numa elevada dispersão dos rendimentos do trabalho. Esta dispersão dos rendimentos do trabalho ocorre tanto em termos salariais, como também nos rendimentos dos trabalhadores autônomos que buscam no mercado informal de bens e serviços formas alternativas de sobrevivência¹⁰.

10 Ver MATTOS, F.A.M. *Emprego e Distribuição de Renda nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro: os anos 80*. Dissertação de Mestrado. Campinas, IE/UNICAMP, 1994. O autor mostra que o nível e a dispersão dos rendimentos dos autônomos no setor informal está relacionada aos diferentes graus de desenvolvimento econômico atingido por diferentes metrópoles, que conformarão não só um setor formal e dinâmico, mas também um setor informal com distintos conteúdos ocupacionais e, portanto, com distintos perfis de distribuição da renda do trabalho.

Por fim, vale salientar que o trágico da realidade distributiva brasileira é que ela possui componentes políticos e históricos que consolidam esta situação de elevada "exclusão social". Estes vários componentes (econômicos ou não) atuam continuamente reforçando este quadro de desigualdades¹¹, através das decisões de política econômica, da atuação da Justiça, de aspectos econômicos institucionais (tributação regressiva, por exemplo), da definição de regras de sociabilidade, entre outros, que não são quantificados pelos dados de distribuição pessoal da renda.

5. BIBLIOGRAFIA

- BACHA, E. Hierarquia e Remuneração Gerencial. In: TOLIPAN R. e TINELLI A.C. (org.). *A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.
- CAMARGO, J.M. e GIAMBIAGI F. (org.). *Distribuição de Renda no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1991.
- CARDOSO DE MELLO, J.M. *Capitalismo Tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- CARNEIRO, F.G.. *Some Estimates on Wages and Profit Relative Shares in Brazil*. In: THE WORLD BANK, July, 1989.

11 Vale citar uma passagem de COUTINHO M., in *Distribuição de Renda e Mobilidade Social no Brasil*. Tese de Doutorado. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1984, pp.39.: "A distribuição pessoal (da renda) é apenas um resultado de fenômenos dispersos que ocorrem de modo diverso em cada sociedade humana. Alguns destes fenômenos têm natureza econômica; outros decorrem de aspectos institucionais ou extra-econômicos, embora contribuam para a explicação de um atributo econômico, a renda".

- COUTINHO, M. *Distribuição de Renda e Mobilidade Social no Brasil*. Tese de Doutorado. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1984.
- DEDECCA, C. *Dinâmica Econômica e Mercado de Trabalho Urbano: uma abordagem da Região Metropolitana de São Paulo*. Tese de Doutorado. Campinas, IE/UNICAMP, 1991.
- EDWARDS, R. & REICH, M. & GORDON, D. (orgs.) *Labor Market Segmentation*. Massachusetts, D.C. Heath Company, 1975.
- MATTOS, F.A.M. *Emprego e Distribuição de Renda nas regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro: anos 80*. Dissertação de Mestrado. Campinas, IE/UNICAMP, 1994.
- SAWYER, D.O. (org.). *PNAD's em Foco - Anos 80*. ABEP, 1989.
- SERRA, J. (coord.). *América Latina - Ensaio de Interpretação Econômica*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2.a ed., 1979.
- TOLIPAN R. e TINELLI, A.C. (org.). *A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.